

35° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

Título do GT: Pensamento Social Latinoamericano

Grupo de Trabalho Número: 26

Título do trabalho: **Brasil e Argentina: a construção do discurso hegemônico nacional e seus silenciamentos**

Autora: Prof^a Dr^a Joana D`Arc Fernandes Ferraz – PPGAd/UFF

Co-autora: Mestranda Maria Cristina Leal de Carvalho Viegas – PPGAd/UFF

Resumo

Este artigo objetiva analisar a narrativa dos periodistas do jornal argentino La Prensa e a do Jornal do Brasil, na passagem do século XIX para o XX. A questão a ser investigada é como os periodistas destes jornais construíram a idéia de nação e de que modo estas idéias interagem com as especificidades da vida social nestes dois países. Presume-se que o projeto de nação eurocêntrico tem larga influência nas abordagens destes intérpretes e colaboram para a construção do discurso hegemônico nacional na América Latina. Neste sentido, pretende-se investigar duas questões complementares: a) o lugar da enunciação, analisar de onde estes intérpretes estão falando e para quem eles se dirigem, a partir das dinâmicas sociais e políticas constituídas; b) como são produzidos, nas falas destes intérpretes, os silenciamentos que a *questão nacional* suprimiu, tais como outras historicidades, contrapontísticas (SAID), interruptoras (SPIVAK) de raça, gênero, classe, nação (BHABHA, 1998, p.243), presentes no interior das culturas transnacionais.

Introdução

Este artigo objetiva colaborar para uma análise mais aprofundada sobre as bases de sustentação do poder das elites, a sua interação com o Estado nacional, em oposição às dinâmicas sociais, na passagem do século XIX para o século XX, no Brasil e na Argentina, através dos jornais La Prensa (Buenos Aires) e Jornal do Brasil. A abordagem baseia-se nos estudos “pós-coloniais”, a partir da análise das estratégias de identificação cultural e interpelação discursivas, cujo foco é o povo e a nação. O próprio conceito de povo, de nação, está em constante deslocamento, já que não há uma etnicidade única, orgânica, pois “a própria ideia de uma identidade nacional pura, ‘eticamente purificada’, só pode ser atingida por meio da morte, literal e figurativa, dos complexos entrelaçamentos da história e por meio de fronteiras culturalmente contingentes da nacionalidade [nationhood] moderna” (BHABHA, 1998, p. 24). Ou seja, essas fronteiras não podem simplesmente ser definidas por uma “invenção da tradição”, pois elas se entrecruzam, se deslocam e se cindem o tempo todo. O tempo presente da cultura vai ao passado histórico e volta diferenciado, não representando uma linearidade, mas

modificado pelo “trabalho fronteiro da cultura”; “é o espaço de intervenção que emerge nos interstícios culturais que introduz a invenção criativa da existência” (Ibid, p. 27 e 29). Nesse sentido, a invenção de uma tradição baseada nos moldes colonialistas, fincada no pensamento de uma elite que determina o ‘eu’ e o ‘outro’, ignora deliberadamente “ a importância crucial, para os povos subordinados, de afirmar suas tradições culturais nativas e recuperar suas histórias reprimidas” (Ibid, p. 29).

Brasil e Argentina sofreram e ainda sofrem, como países colonizados e por isso postos na categoria de periféricos, todas as conseqüências de uma colonização parasitária, predatória de culturas nativas. Embora algumas nuances da colonização sejam diferenciadas pela própria origem de seus colonizadores – Portugal e Espanha, respectivamente – a postura saqueadora de bens e culturas foi essencialmente a mesma. E com isso foram escamoteadas ou mesmo silenciadas muitas questões da nacionalidade dos dois países em questão: a violência da colonização e da escravidão, questões de raça e gênero que são suavizadas ou mesmo esquecidas nas macrointerpretações lineares da história latinoamericana.

Os estudos da pós-colonialidade trazem à tona essa zona intersticial, complexa, difusa das manifestações culturais que deslocam o olhar do *continuum*, do linear histórico; faz aparecer o *lado de cá* obscurecido pela opressão, estabelecendo uma discussão do “hibridismo cultural” , do “presente benjaminiano: aquele que explode para fora do contínuo da história” (Ibid, p. 28).

Esta perspectiva de estudos não quer enquadrar, nem fixar o conhecimento. O prefixo “pós”, em “pós-colonial”, está relacionado ao rompimento com a história de submissão aos países colonizadores, refere-se à idéia de superação e não de enquadramento. Assim, “pós” significa para além do colonialismo. Dessa forma, estes estudos recusam as velhas oposições binárias (ocidente-oriental, moderno-atrasado, eu-outro, civilização-barbárie) presentes na razão moderna européia, consolidadas através das heranças do Renascimento e da Ilustração. (MIGNOLO, 1996, p.15) Estes estudos chegaram ao Brasil na década de 90, principalmente no campo da Literatura, através de uma releitura das obras clássicas da literatura brasileira, uma revalorização das literaturas populares, recortando a análise a partir dos conceitos de hibridização, oralidade, identidade entre outros.

A idéia de identidade nacional está diretamente ligada a de construção da nação. A abolição da escravidão e a proclamação da República, no final do século XIX, conduziram a necessidade de construir/inventar a nação. Segundo a análise recorrente no Brasil (FAORO, 1958; CARVALHO, 1990; FERNANDES, 1975; IANNI, 2004), esta invenção da nação teve que levar em consideração a forma como foi proclamada a República, construída através de um acordo entre e intra elites. Assim, a República não foi construída a partir de um processo histórico de lutas sociais e negociações com diferentes setores da sociedade. Estes dois fatores ficaram de fora na negociação da construção da identidade nacional. Coube à engenhosidade dos intérpretes do Brasil, na passagem do século XIX para o XX, forjar uma nação sem lutas sociais.

Na América Latina as lutas sociais foram freqüentes, porém, igualmente, não foram objeto de atenção dos intérpretes da nação, na passagem do século XIX para o XX. A construção da idéia de nação está intimamente ligada à forma como os seus intérpretes resolveram a questão da imigração. Entre 1886 e 1870, o país recebeu 160 mil imigrantes. Entre 1881 e 1890, passou para 841 mil o número de imigrantes. Há, na historiografia tradicional, um claro silenciamento sobre esta questão, como se vê nas obras de Bartolomé Mitre (1887).

A nação como estratégia narrativa, baseada nas “teorias orgânicas do holismo da cultura e da comunidade, e por teóricos que tratam gênero, classe ou raça como totalidades sociais que expressam experiências coletivas unitárias” (BHABHA, 1998, p. 203) atuam como forças excludentes e deixa escapar elementos importantes, tais como a emergência das minorias, o discurso dos vencidos e a linguagem dos subalternos. Desta forma, a memória histórica nacional suprime as diferenças e as fraturas. O discurso totalizante obscureceu questões que ainda estão pendentes. No entanto, há sempre uma zona cinzenta, a *différance* (DERRIDA), que escapa a este discurso e que podem ser pensadas em sua contemporaneidade.

É neste sentido que, através de uma análise comparativa entre o jornal argentino La Prensa e o Jornal do Brasil, no final do século XIX e início do século XX, objetiva-se analisar como os periodistas destes jornais construíram a idéia de nação e de que modo

estas idéias interagem com as especificidades da vida social nestes dois países. Parte-se do pressuposto de que o projeto de nação eurocêntrico tem larga influência nas abordagens destes intérpretes e colaboram para a construção do discurso hegemônico nacional (BHABHA, 1998) na América Latina. No entanto, a dinâmica social dos países colonizados guarda especificidades que estão presentes em seus escritos.

Neste sentido, é fundamental refletir sobre duas questões: primeiramente, sobre o lugar da enunciação, ou seja, analisar de onde estes intérpretes estão falando e para quem eles se dirigem, a partir das dinâmicas sociais e políticas constituídas; e sobre o lugar do híbrido, da zona cinzenta, daquilo que escapa ao discurso dominante. Para isso é fundamental analisar nas falas destes intérpretes como são produzidos os silenciamentos que a “questão nacional” suprimiu e que ainda permanecem como questões, tais como “historicidades diferenciadas (JAMERSON), contrapontísticas (SAID), interruptoras (SPIVAK) de raça, gênero, classe, nação no interior de uma cultura crescentemente transnacional” (BHABHA, 1998, p. 243).

Na primeira sessão deste artigo dedica-se á análise do Jornal La Prensa. A segunda sessão investiga o Jornal do Brasil. E a terceira sessão analisa o discurso produzido por estes jornais no momento de construção da idéia de República, a partir das abordagens neocolonialistas propostas por Bhabha.

Jornal La Prensa

O Jornal La Prensa foi fundado em 1869. Em pouco tempo a sua circulação chegou a 25 mil exemplares. No fim do século XIX e começo do século seguinte, atingiu 100 mil exemplares. Fundado por José Clemente Paz e controlado pela família Paz, representava os setores conservadores da política argentina, que ficou no poder até 1916. Este jornal teve grande influência nos debates no Congresso. Intelectuais e políticos, representantes da elite nacional, dentre eles Roberto Payró, contribuíram decisivamente para o que se convencionou chamar “organização nacional” na Argentina.

A crise política argentina durou até 1829. Sua principal motivação foi o dilema entre uma proposta de um governo liberal, progressista, centralizado em Buenos Aires, defendido

por Bernardino Rivadavia (1826-1827) de um lado, e de outro a confederação, liderada por Juan Manuel Rosas, autoritário e personalista, defendia pactos políticos entre as províncias e rejeitava a centralização portenha. Através de um acordo político, Rivadavia renunciou, e Rosas assumiu o poder, em 1829. Este acordo também previa o fim da Guerra contra o Brasil e a criação do Uruguai. No período Rosas, que durou até 1852, observa-se a consolidação política da Argentina e a concretização do sistema de confederação. No entanto, seu governo foi marcado por grande instabilidade política. Durante o seu governo o congresso esteve fechado e não houve Constituição. Sob o argumento da federação, intervinha fortemente nas províncias estendendo o federalismo rosista por todo o interior, a partir da centralidade em Buenos Aires, único caminho para o porto e a alfândega. Urquiza, que era seu aliado político, vendo a impossibilidade de construir no governo Rosas uma unidade nacional, no seu Pronunciamento, em 1 de maio, rompe com Rosas e convida as províncias a aderirem a oposição. Com o apoio do governo brasileiro Urquiza inicia a luta contra Rosas. Rosas perde o poder e vai morar na Inglaterra.

O Jornal La Prensa foi fundado em 1869. Em pouco tempo a sua circulação chegou a 25 mil exemplares. No fim do século XIX e começo do século seguinte, atingiu 100 mil exemplares. Fundado por José Clemente Paz e controlado pela família Paz, representava os setores conservadores da política argentina, que ficou no poder até 1916. Este jornal teve grande influência nos debates no Congresso. Intelectuais e políticos, representantes da elite nacional, dentre eles Roberto Payró, contribuíram decisivamente para o que se convencionou chamar “organização nacional” na Argentina.

A crise política argentina durou até 1829. Sua principal motivação foi o dilema entre uma proposta de um governo liberal, progressista, centralizado em Buenos Aires, defendido por Bernardino Rivadavia (1826-1827) de um lado, e de outro a confederação, liderada por Juan Manuel Rosas, autoritário e personalista, defendia pactos políticos entre as províncias e rejeitava a centralização portenha. Através de um acordo político, Rivadavia renunciou, e Rosas assumiu o poder, em 1829. Este acordo também previa o fim da Guerra contra o Brasil e a criação do Uruguai. No período Rosas, que durou até 1852, observa-se a consolidação política da Argentina e a concretização do sistema de confederação. No entanto, seu governo foi marcado por grande instabilidade política.

Durante o seu governo o congresso esteve fechado e não houve Constituição. Sob o argumento da federação, intervinha fortemente nas províncias estendendo o federalismo rosista por todo o interior, a partir da centralidade em Buenos Aires, único caminho para o porto e a alfândega. Urquiza, que era seu aliado político, vendo a impossibilidade de construir no governo Rosas uma unidade nacional, no seu Pronunciamento, em 1 de maio, rompe com Rosas e convida as províncias a aderirem a oposição. Com o apoio do governo brasileiro Urquiza inicia a luta contra Rosas. Rosas perde o poder e vai morar na Inglaterra.

A partir da derrocada de Rosas, uma nova configuração política se estabelece. Os federalistas ligados a Urquiza, os liberais nacionalistas liderados por Bartolomé Mitre, adeptos do federalismo e os ultraliberais portenhos.

O grupo de Urquiza controla o poder, em 1854, se estabelecendo até 1860. Na presidência de Urquiza, foi feita a Constituição da República, porém, Buenos Aires rejeita o pacto federal e se constitui Estado independente. Com a vitória de Mitre sobre Urquiza, em 1862, o liberalismo político estabelece o predomínio de Buenos Aires, estabelecendo grande força nas publicações periódicas. Buenos Aires torna-se lugar de efervescência política e cultural, palco das grandes discussões e residência das autoridades políticas, concentrando um grande número de periódicos.

Com a derrota de Rosas, em 1852, uma série de periódicos, surgem em Buenos Aires. A partir da consolidação de Buenos Aires como lócus político, a capital passa a concentrar o maior número de periódicos de diversas correntes políticas, tais como:

El Nacional que apareció el 1º de mayo de 1852, inicialmente apoyó a Urquiza y una década más tarde se convirtió en el órgano de expresión del naciente partido autonomista, su último ejemplar fue el del 28 de agosto de 1893. La Tribuna, surgió en 1853 por la compra del diario oficial La Gaceta Mercantil por los hermanos Héctor y Mariano Varela, aunque con vaivenes, era simpatizante del autonomismo porteño y se editó hasta 1884. La República se inició en 1867, dirigida por Manuel Bilbao, se publicó hasta 1881. En 1869 surgió La Prensa fundada por José C. Paz y La Nación presentó su primer número en 1870, mediante la conversión de La Nación Argentina comprada por Bartolomé Mitre, ambos diarios continúan existiendo en la actualidad. (MORENO apud BRESSAN, 2009, p.3)

Foi no contexto da efervescência política de Buenos Aires que surge o Jornal La Prensa, em 1869. Os periódicos La Prensa e La Nación respondiam a projetos políticos diferentes

de Alsina e de Mitre, respectivamente. Seu objetivo não era somente a informação, mas difundir a opinião de cada grupo que representavam, principalmente em período de eleições. Entre 1860 e 1880, as tiragens dos jornais era de 4 mil exemplares. O Jornal La Prensa e La Nación, tinha uma tiragem de 18 mil exemplares. Em todos os jornais as publicações eram vespertinas. Esta característica demonstra que não havia, fundamentalmente, um interesse centrado na informação do leitor, mas em sua preocupação com o conteúdo político, uma vez que as reuniões políticas se faziam pela manhã. Outra característica era que os editoriais eram a parte mais lida dos jornais, de onde se construía e revelavam as contendas políticas.

O pano de fundo de todos os jornais em circulação neste período era sobre as diferentes abordagens dadas à fundamentação teórica e empírica do liberalismo, principalmente a partir de 1880, com a “geração de 80”. As questões mais polêmicas eram sobre o “problema de la frontera, del gaucho, la campaña, la desigualdad del hombre rural y el de ciudad, del sufragio, de la educación pública, del municipio, de la independencia del poder judicial...” (PERONI, 2002, p. 2). Diversos autores debruçaram-se sobre este tema, dentre eles, Aristóbulo del Valle, José Manuel Estrada, Pedro Goyena, Vicente F. López, Vicente G. Quesada, Miguel Cané y José Hernández. Juan Bautista Alberdi, um dos grandes intelectuais da construção ideológica da nação argentina, expressa o tipo de liberalismo que irá nortear os debates do século XIX: “libertad política para pocos y libertad civil para todos”.

No Jornal, La Prensa, as questões mais polêmicas giravam em torno da “salud, la higiene, la organización de los medios de transporte, la educación y la condición edilicia de la ciudad de Buenos Aires” (BRESSAN, 2009, p. 13). Porém, o discurso produzido nos editoriais mostrava claramente os limites do liberalismo. A segurança individual, a primazia da liberdade civil sobre a liberdade política:

Respecto a la *propiedad*, la más fecunda de las garantías para un país naciente, ¿qué suerte tuvo en Buenos Aires por el espacio de veinte años? Recién después de la caída de Rosas se han devuelto propiedades por valor de muchos millones de pesos, que han estado arrebatadas a sus dueños, y entregadas a los cómplices del despojo oficial. En ese espectáculo se ha educado la generación de Buenos Aires, que pretende tomar la iniciativa constitucional de la República. (ALBERDI, 1862)

Desta forma, La Prensa construía o discurso liberal, que a nação iria conduzir, apoiado fortemente na construção de um governo nacional, sob um regime presidencialista, com

limitações à liberdade política e garantia da liberdade civil aos habitantes, e até mesmo aos estrangeiros, depois de 10 anos residentes. Os limites à participação política são claros:

Aun estando en sesiones el Congreso, en casos urgentes en que peligre la tranquilidad pública, el Presidente podrá por sí solo usar sobre las personas de la facultad limitada en el art. 23; dando cuenta a este cuerpo en el término de diez días desde que comenzó a ejercerla. Pero si el Congreso no hace declaración de sitio, las personas arrestadas o trasladadas de uno a otro punto serán restituidas al pleno goce de su libertad, a no ser que habiendo sido sujetas a juicio, debiesen continuar en arresto por disposición del juez o tribunal que conociere de la causa. Artículo 20.

Havia um forte caráter pedagógico na construção da nação, que se expressa no discurso do La Prensa, governar era sinônimo de povoar, e povoar significava “educar, melhorar, civilizar, enriquecer e engrandecer espontânea e rapidamente”, nas bases dos argumentos de Alberdi.

Jornal do Brasil

A imprensa tem um papel importantíssimo na consolidação de uma cultura. A atividade jornalística ao mesmo tempo em que reflete, também contribui para construir o pensamento social dominante em uma nação, por mais que isso pareça passar despercebido e tenha o nome de imparcialidade.

Gramsci chama a atenção para isso dizendo que “o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área” (1982, p. 161).

O imprensa escrita no Brasil aparece em meio a um contexto de afirmação da identidade nacional. A intelectualidade brasileira já estava em profícua produção desde a chamada “geração de 1870” (ALONSO, 2002), período de efervescência político-intelectual que comportou várias classes sociais que se viam à margem do debate nacional oficial e das decisões políticas. Figuraram nesse movimento correntes monarquistas, positivistas,

republicanas, liberais, entre outras. O embate político-ideológico em torno de questões essenciais da nacionalidade foi como um elemento precursor do que aconteceria na passagem do século XIX para o século XX. “A passagem de uma imprensa como veículo de crítica, individual ou partidária, endógena ao *status quo* imperial para outra independente, canal de manifestação de insatisfação coletiva contra seus fundamentos, foi conseqüência de uma nova estrutura de oportunidades políticas” (p.277).

Pode-se dizer que a atividade de imprensa, com a introdução do telégrafo em 1874 foi alargando suas fronteiras nessa época no Brasil e fora dele. Notícias domésticas e internacionais passaram a fazer parte do dia-a-dia do brasileiro (p.279). No debate político, as várias correntes de pensamento citadas tinham seus panfletos de apresentação de idéias, periódicos de todos os tipos começaram a circular principalmente no Rio de Janeiro, que mesmo depois da República ainda respirava ares de corte portuguesa e era o local privilegiado do debate intelectual da época.

Sodré (1966, p.294) afirma ocorrer um avanço de participação política da classe média concomitante com a queda do Império e com a instauração do regime republicano, as lutas por reformas não surgiram de repente, mas decorriam de lutas já travadas anteriormente e que vinham tomando consistência a partir da expansão da discussão política. A República, por ser um regime mais ‘flexível’, segundo o próprio Sodré, acomodaria tanto a cultura econômica colonial como o imperialismo capitalista que vinha tomando conta do mundo na época. Mas “o germe do novo” já estava instalado e traria transformações irreversíveis (p. 299-300).

O *Jornal do Brasil* foi fundado em 1891, por Rodolfo de Souza Dantas e Joaquim Nabuco. Nasceu no clima da liberalização política dos primeiros movimentos da República e possuía uma orientação conservadora. Defendia a monarquia, derrubada em 1889. Nesta fase, José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco) colaborou nas colunas *Efemérides* e *Cartas de França*. Outros colaboradores deste jornal foram José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Aristides Spínola, Ulisses Viana, e Oliveira Lima. Em 1893, o *Jornal* muda radicalmente sua orientação, quando o grupos ligados aos ideais republicanos compram o jornal. Neste momento, Rui Barbosa tornou-se o redator-chefe. Porém, há uma clara postura do jornal contrária à ditadura de Floriano Peixoto. As crises

entre Rui Barbosa e Floriano Peixoto levam ao fechamento do Jornal e ao exílio de Rui Barbosa, em 1893. Em 15 de novembro de 1894, o *Jornal do Brasil* passa a circular novamente, desta vez sob a direção da família Mendes de Almeida. A partir de então, não há contendas do jornal com o governo republicano.

Como se pode perceber, no período em que o Jornal do Brasil foi fundado, o Brasil vivia uma transição político-econômica conturbada. O país havia recentemente proclamado sua República, a qual tentava consolidar. Escolheu-se o dia 9 de abril por ser essa data o 60º aniversário do *Te-Deum* - um hino litúrgico católico iniciado com as palavras “Te Deum Laudamus” (A Ti, ó Deus, louvamos) - em ação de graças pela aclamação de D. Pedro II como Imperador do Brasil. Fundado por Rodolfo de Souza Dantas, ex-ministro do Império, o *Jornal* instalou sua redação no Rio de Janeiro sob a chefia de Sancho de Barros Pimentel e gerência de Henrique de Villeneuve (FONSECA, 2008, p.60-61). A direção do jornal optou por uma postura política moderada inicialmente, para não ter o risco de sofrer alguma repressão por parte do novo regime.

Pela sua origem, vê-se que o Jornal do Brasil já nasceu grande, financiado por uma classe que detinha poderio financeiro e influência, não fazendo parte de um monarquismo militante (LOPES, 2005, p. 2).

A postura moderada do periódico teve seu fim com a entrada de Joaquim Nabuco na chefia da redação em junho de 1891, que passou a fomentar disputas da igreja com o Estado, e o jornal a ser mal visto pelo governo. Após uma invasão e depredação das oficinas do jornal em dezembro do mesmo ano, o Estado deu sua resposta: quando solicitado para garantir vida ao jornal, ele não se responsabilizaria pela integridade física de jornalistas monarquistas como Nabuco, que acabou deixando o jornal assim como Dantas e Pimentel, e houve muita turbulência política na redação até 1893, quando o jornal se tornou uma sociedade anônima. Ulisses Viana, que tinha sido chefe de redação após Nabuco e substituído por Constâncio Alves em 1892, retorna no ano seguinte quando a postura do periódico foi firmada como imparcial (FONSECA, 2008, p. 26).

Rui Barbosa assume a chefia da redação em 1893, mas a sua postura republicana levou ao acirramento da crítica contra o Marechal Floriano Peixoto, o que lhe custou o exílio em setembro do mesmo ano e o conseqüente fechamento do jornal durante a Revolta Armada, só reabrindo suas portas novamente em novembro do ano seguinte (LOPES, 2005, p. 2). Logo que assumiu a redação em 93, Rui Barbosa mudou, no título, o Z de Brasil para S; nessa época o jornal começou a receber notícias telegráficas por meio do serviço da agência *Reuter-Havas*, que havia se instalado no Brasil em 1874 (Sodré, 1966, p. 215), ampliando a gama de informações interprovinciais e internacionais.

O Jornal do Brasil foi um sucesso empresarial de vanguarda, tendo correspondentes em vários países da Europa e lançou ainda em 1893 uma coluna exclusivamente ao público feminino, uma inovação para a época. No ano seguinte passou a ter uma publicação semanal destinada ao cinema. Com a mudança na sua linha editorial a partir da reabertura, o jornal se coloca como “voz do povo” (Ibid, p. 3) e passa a desenvolver uma defesa da centralização não apenas no aspecto da política, mas na pessoa do Imperador, o que para o autor já é uma alusão ao populismo, que se tornará mais declarado na Era Vargas mais à frente.

Carvalho reflete sobre a importância do jornalismo na virada do século, influenciando a nova sociedade republicana, delineando um novo perfil do intelectual brasileiro que, em sua grande parte, estava na atividade jornalística, mas que também estava presente no funcionalismo público e na política. “Os jornalistas ditavam a nova forma de vida, contrariando a Igreja e até mesmo influenciando a formação de um novo padrão de linguagem e de uma nova consciência” (1996, p. 4).

A firma Mendes e Cia., nova proprietária do periódico, escolheu a data de aniversário da Proclamação da República para o relançamento, o que já deu uma conotação de mudança política, e foi exatamente assim: temas populares, notícias urbanas e policiais passaram a ter destaque no jornal, que ainda colocou ‘edição número 1, ano 4’ no relançamento, como quem quisesse esquecer o passado conturbado. E também foi o dia da posse do civil Prudente de Moraes à Presidência da República, iniciando a política de revezamento na cadeira da Presidência do país entre São Paulo e Minas Gerais conhecida como “política do café com leite” (FONSECA, 2006, p.27).

A postura popular adotada pelo *Jornal* passou a incorporar elementos da cultura popular carioca, que seriam absorvidos em novas visões da identidade nacional. A cobertura de eventos e festas populares por correspondentes enviados contribuiu para aproximação entre os intelectuais profissionais e as manifestações culturais populares, e estes por sua vez divulgaram-nas para um público mais diversificado, não só através do jornal, mas de outros meios como o teatro, a literatura e a música (LOPES, 2005, p.4).

Interessante perceber que a população começou a ter acesso ao *Jornal do Brasil* através de uma coluna de Eduardo Silva intitulada “*Queixas do Povo*”, na qual os cidadãos utilizavam o espaço cedido pelo jornal para cobrar providências das mais diversas do Estado, sinalizando duas características— o fato de serem gratuitas e acessíveis mesmo a analfabetos, “já que os interessados podiam queixar-se pessoalmente na redação ou nas agências do jornal” (Ibid, p. 5). A tabela abaixo mostra em números por uma década a expressão desta ‘pressão popular’ sobre o governo:

Natureza das Queixas	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929
Polícia e Forças Armadas	24	12	9	4	5	10	1	2	0	3
Capoeiras e Desocupados	27	20	11	3	6	13	4	4	2	1
Moralidade Pública	13	8	6	11	4	10	1	2	1	0
Violência contra mulheres e crianças	4	4	1	2	0	2	1	0	0	1
Luz		5		4	2	4	1	0	1	0

	9		4							
Água	7	5	2	9	0	11	6	0	2	4
Saneamento e Limpeza Pública	85	62	44	40	21	45	6	5	11	16
Meios de Comunicação e Transportes	12	9	9	7	1	4	2	1	0	1
Pedidos de Obras ou Providências	16	15	7	8	2	4	0	1	0	1
Habitação	17	17	12	5	4	5	0	3	0	2
Comércio e Serviços	34	10	9	8	8	9	1	2	0	0
Salário e Relações de Trabalho	21	16	10	2	7	5	3	2	0	1
Candomblés	5	4	0	0	0	0	0	1	0	0
Outros	25	17	19	15	3	9	1	0	2	5
Ilegíveis	10	8	6	0	3	0	0	3	1	16
TOTAL	295	194	142	117	62	125	26	22	18	50

Fonte: CAHistória – Caderno Acadêmico de História Revista Discente de História – 2011 – Vol. II; N°2.

Não se faz necessária uma análise profunda para ver na tabela os verdadeiros ‘anseios’ do povo perante o poder público em pleno início do século XX : melhoria em moradia, saneamento público, meios de comunicação, comércio e trabalho eram as principais ‘queixas’, o que deixa transparecer o quanto essas categorias de necessidades não estavam sendo atendidas. E mais : parcela dessa população era contra seus pares por questões de cor e credo, como se vê nas queixas ‘*capoeiras e desocupados*’ e ‘*candomblés*’, o que era diretamente influenciado pelo pensamento da classe dominante que havia abolido a escravidão porque fora obrigada, mas que nada mudara em relação aos negros e mestiços.

Lopes (2005) faz uma análise do Jornal do Brasil como “defensor dos pequenos e dos oprimidos”. Já no início de 1895 apareceu uma coluna intitulada “Para os pobres”, em que o jornal se tinha uma posição de interlocutor entre os necessitados e os candidatos a filantropos, numa postura claramente paternalista.

O jogo do bicho foi outra estratégia de atribuir popularidade ao jornal, que chegou a ser publicado na primeira página. Outro exemplo é a cobertura dada à “Estrada de Ferro Central do Brasil, suas mazelas, seus fatos burocráticos corriqueiros, sempre reivindicando maior atenção das autoridades para um transporte que era vital para o povo, por ser a principal via de comunicação com os subúrbios cariocas” (Ibid, p. 6).

Mas essa defesa dos pobres tinha o limite da raça, como já foi mencionado. A cultura africana e mestiça era associada à desordem e à ameaça , e as práticas ritualísticas e religiosas desses grupos eram associadas à feticharia, sendo igualmente mal vista a cultura do samba e da capoeira (Ibid). Era um senso de moral e de ordem altamente elitista e racista.

Outra questão incômoda para o jornal era o movimento operário, uma classe que se expandia a cada dia pelo processo de industrialização em que se encontrava o país. O

Jornal do Brasil noticiava as greves, mas a partir de um olhar distanciado, pois sua postura política burguesa entrava em conflito com o movimento (Ibid).

O mundo operário era coberto por uma imprensa mais alternativa, ficando marginalizada em relação aos grandes jornais da época. Jornais como *A Greve* e *O Brasil Operário* (ambos de 1903) são exemplo de que a imprensa operária sempre foi relegada à marginalização em relação ao seu movimento e ao seu conteúdo (RODRIGUES, 1997). Nunca houve interesse da classe dominante e de seus veículos de comunicação por algo que ameaçasse o *status quo*, sendo o movimento operário uma dessas ameaças. Pode-se dizer o mesmo da miserável população negra-mestiça-branca-livre-pobre que vivia completamente marginalizada e ‘não ouvida’ pelo poder público, exilada em seu próprio território.

A idéia de nação como e de povo a partir das estratégias de identificação cultural e de interpelação discursiva

Homi Bhabha (1998) argumenta que a força narrativa e psicológica da nacionalidade, construída pelo historicismo, a partir do Iluminismo, assenta-se em um tempo forjado pela linearidade evento/idéia e deixa de fora as interseções ambivalentes e quiasmáticas do tempo e do lugar. Este é o drama da modernidade: a nação é a medida da liminaridade da modernidade cultural. A experiência moderna da nação ocidental retira do tempo e do lugar as ambivalências, o sentido da duplicidade e se constitui como horizontalidade. Os processos sociais e as formações culturais não se movem em um tempo homogêneo e horizontal.

A perspectiva pós-colonial propõe outra forma de inscrição do tempo e do lugar. A metáfora da coesão social, das diferenciações de gênero, raça ou classe como totalidades, do holismo entre passado, presente e futuro, fixam a narrativa nacional em uma lógica homogênea e horizontal da nação. As ambivalências, o tempo duplo e cindido são excluídos da narrativa.

O conceito de povo, a partir dos argumentos de Bhabha, devem incorporar outros discursos, um movimento narrativo duplo, um tempo-duplo, não mais homogêneo. Povo,

neste sentido, não se limita a eventos históricos ou ao componente de um corpo político patriótico. São parte do conceito de povo os “fragmentos, retalhos, restos de vida cotidiana”. São elementos vivos, “através do qual a vida nacional é redimida e reiterada como um processo reprodutivo”. (BHABHA, 1998, P. 207).

Desta forma, o povo se constitui como estratégia narrativa da nação, a partir da “cisão entre a temporalidade continuísta, cumulativa, do pedagógico e a estratégia repetitiva, recorrente do performativo”. Esta tensão entre o pedagógico e o performativo, representada pelo conceito de povo, proposto pelo neo-colonialismo, implica em uma cisão entre “os poderes totalizadores do social como comunidade homogênea, consensual, e as forças que significam a interpelação mais específica a interesses e identidades contenciosos, desigual, no interior de uma população”. (Ibid, P. 207).

Há, portanto, formas de vida, de percepção, de subjetividades que devem ser representadas na cultura nacional por um tempo indisciplinado, não mediadas pelo historicismo e pela lógica pedagógica. Como argumenta Bhabha, o historicismo, em seu movimento pedagógico, encapsula o povo “numa sucessão de momentos históricos que representa uma eternidade produzida por auto-geração” e o performativo “intervém na soberania da *autogeração* da nação ao lançar uma sombra *entre* o povo como ‘imagem’ e sua significação como um signo diferenciador do Eu, distinto do Outro ou do Exterior”. (1998, P. 209 *grifos do autor*). Neste sentido,

O problema não é simplesmente a ‘individualidade’ da nação em oposição à alteridade de outras nações. Estamos diante da nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população. (...) a nação barrada Ela/Própria [*It/Self*], alienada de sua eterna autogeração, torna-se um espaço liminar de significação, que é marcado *internamente* pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural. (Ibid, Pp. 209-210 *grifos do autor*).

É o performativo que irá construir este espaço de significação cultural, nos quais os significados e práticas residuais e emergentes (da minoria, do exilado, do marginal, do emergente) construiriam a experiência contemporânea, produzindo um rompimento da cultura dominante, totalizadora. As diferenças culturais não devem ser homogeneizadas, pois elas residem no tempo performático, tempo esse que reside deslizante ‘entre’ passado e presente, desejando essas culturas nacionais sempre excluir o estereótipo, o formatado, o perfeitamente visível, pois elas são constantemente articuladas como “uma

dialética de temporalidades diversas – moderna, colonial, pós-colonial, nativa...” (Ibid, p.215).

Essa dinâmica das temporalidades inscreve a cultura nacional num duplo movimento pedagógico-performático no qual não há a prevalência de um sobre o outro, mas sim uma relação “agonística”, ambivalente, que coloca por terra o discurso da coesão social, pois aí a causalidade e o historicismo são vistos como determinísticos e autoritários e, por isso, esvaziadores de sentido cultural, na medida em que instituem a polaridade entre arcaico e moderno ao invés da ambivalência e da duplicação.

No Brasil, assim como na Argentina e na América Latina em geral, a colonização européia produziu esse silenciamento cultural quando procurou homogeneizar, principalmente através da violência, os diferentes costumes nativos. Portugal e Espanha, julgando-se senhoras dos mares e da verdade, sentiram-se autorizadas a “dominar o mundo, a saqueá-lo” (BOMFIM, 1905, p. 91) e a subjugar todos os povos do ‘novo mundo’ que eram diferentes em costumes, credo e raça. “Não foram só as riquezas, foi tudo: povos, civilização, monumentos históricos. A violência de sua voracidade tudo consumiu” (Ibid, p. 107).

O que se vê é a invenção de uma tradição a partir de interpretações altamente reducionistas das culturas não européias, incidindo num discurso etnocêntrico da civilização através do qual a literatura e, já no século XIX, o jornalismo contribuíram para forjar e reforçar o discurso da nação da inferiorização racial, biologizado e repleto de categorias polarizadas, como branco/superior, negro-mestiço-índio/inferior, segundo o qual já estava condenado a priori quem pertencesse a essa última categoria. Uma maioria negra-mestiça-índigena-latina em todo seu multiculturalismo completamente esmagada pela minoria branca-de-origem-européia e sendo ‘esquecida’ da história pelo processo de invenção de uma tradição estranha a si mesma, invertendo, assim, a questão: o conceito de maioria neste contexto da colonização latinoamericana diz respeito a quem detém o poder da dominação, mesmo sendo minoria numérica. Todas as manifestações provenientes das multiculturas “não brancas” foram inferiorizadas, julgadas e condenadas. A pedagogia de ‘um único povo’ buscou ferozmente rasurar todas as outras vertentes identitárias nacionais existentes.

Silva (2009) afirma que a categoria racial da mestiçagem latinoamericana tem sua construção simbólica juntamente com a formação dos Estados-nação latinos, mas que se situa na visão cientificista européia, e que no “plano político, seu aparecimento relaciona-se à formação das classes sociais e à estruturação social correspondente, acomodatória das diferenças culturais como engrenagens necessárias para a reprodução desigual do sistema de privilégios chamados de cultura nacional” (p.5).

Para Bhabha minoria e maioria coexistem, são co-presentes, sendo a primeira um elemento que denuncia a tentativa de engessamento da sociedade através do discurso da pluralidade. O autor afirma não a diversidade, mas a diferença cultural como representação desse “movimento agonístico entre o pedagógico e o performático que embasa a interpelação narrativa da nação” (p. 218).

A seção “*Queixas do povo*” do *Jornal do Brasil* na virada do século XIX para o XX, por exemplo, foi uma faceta desse movimento pedagógico no sentido de que, ao ‘dar voz ao povo’ através de um veículo de comunicação da sociedade, criou uma ilusão de participação popular, uma ilusão de ‘pluralidade’, onde todos eram ouvidos. Torna-se interessante analisar também que, ao categorizar como ‘queixa do povo’ assuntos relacionados aos costumes e rituais de origem africana, o *Jornal* contribuiu com uma ‘pedagogia do racismo’, ao reforçar a legitimação da queixa contra capoeiras, candomblés. E mais: o *Jornal* ajudava a difundir a visão distorcida acerca da cultura negra, pois a queixa estava, na seção do jornal, no mesmo nível de melhoria das ruas, emprego, habitação e serviços, numa total discrepância de valores.

Na visão de Bhabha, essa minoria distorcida pelo discurso oficial serve como denúncia ao clarificar essa tensão entre o pedagógico e o performático, que implica não em negar ou eliminar de vista as contradições existentes, mas sim estabelecer a renegociação dos signos da história: “insinuando-se em termos de referência do discurso dominante, o suplementar antagoniza o poder implícito de generalizar, de produzir solidez sociológica”. (p. 219).

A força da pedagogia e do discurso dominante aparece no jornal argentino *La Prensa* ao se perceber sua força política já em seu início, pois os próprios jornais eram criados por partidos políticos ou setores diretamente ligados a eles, o que influenciava diretamente

nos seus editoriais. Em termos de pessoal, Bressan (2009) afirma que “muchos de los miembros de la prensa eran integrantes de las facciones políticas y funcionarios del gobierno, los cuales, a través del impreso, se constituían en los portavoces del partido al cual pertenecían” (p.3). Ou seja: era uma discussão intra-elites em que o povo só era lembrado quando o jornal virava palanque eleitoral. Essa ‘fusão’ de política e jornalismo era tão gritante que no processo de Reforma Constitucional argentino, em 1870, quando foi elaborada uma lista de candidatos para a “Convención Reformadora”, não eram os partidos a decidirem sobre a lista, mas os representantes dos periódicos da época, dentre eles o *La Prensa* (p.4).

Como instrumentos de classe dominante, o jornal *La Prensa* e o *Jornal do Brasil* eram basicamente consumidos por quem partilhava da mesma ideologia. Quem lia as páginas desportivas do *La Prensa* onde as principais notícias eram os torneios de esgrima não eram os trabalhadores. Seu conteúdo não era direcionado aos pobres, oprimidos, proletários, operários. Eram, sim, catalisadores do pensamento liberal homogeneizante e, no caso do *La Prensa*,

Ni su tamaño, ni su distribución de los contenidos, como tampoco la forma de circulación (los diarios se publicaban por la tarde, recién en los primeros años de la década de 1870 algunos pocos diarios convierten sus ediciones en matutinas), corresponden a la de un instrumento diseñado para satisfacer la avidez de información. Por el contrario, la impresión derivada de su formato y estilo, permite imaginar a un lector que por las tardes se sienta placidamente a leer, sin ninguna prisa, y en forma minuciosa, las amplias páginas de su ejemplar (BRESSAN, 2009, p 6).

Ao relegar ao ‘esquecimento obrigatório’ todas as camadas sociais fora da elite, o discurso dessa elite mesma acaba por voltar-se contra si mesmo. “É através da sintaxe do esquecer – ou do ser obrigado a esquecer – que a identificação da problemática de um povo nacional se torna visível” (BHABHA, 1998, p.226). É aí que o silenciamento do negro, do mestiço, do homem livre pobre latinoamericano se torna evidente, pois ao renegociar “tempos, termos e tradições”, o discurso da minoria realoca desejos e valores no “entre-lugar” antes obscuro, “revela a ambivalência intransponível que estrutura o movimento *equivoco* do tempo histórico (p. 222, grifo do autor), desmontando, assim, a tentativa do discurso liberal uníssono, homogeneizado, que reitera a ideologia dominante.

E se a ideologia é, grosso modo, todo o esquema de representação e interpretação da realidade social, essa mesma ideologia constrói uma “comunidade imaginada”, um

“povo-nação” em um tempo igualmente homogeneizado e vazio, o que tem sido, no tempo da história, o papel da imprensa, como se viu no caso do jornal *La Prensa* e *Jornal do Brasil*. O lugar da enunciação do qual fala Bhabha, no caso dos periódicos aqui estudados, é único, pontual, de uma única vertente. Assim como o tempo da enunciação aqui é sempre considerado horizontal, linear, amarrado historicamente.

A ideologia uníssona aparece claramente na questão da construção da nacionalidade portenha no trabalho de Bressan (2009) acerca do *La Prensa*, quando a autora afirma que

el diario construye una imagen de si mismo como defensor del bienestar general de todos los habitantes de Buenos Aires, primordialmente, y del progreso de la nación en su conjunto. Así, en su discurso desplaza el eje de la defensa de los intereses de una facción política hacia la defensa de los intereses de la sociedad, sin dejar de lado la función propia de la prensa del período que era guiar la opinión (p.13).

Novamente se vê o discurso “da defesa dos interesses da sociedade”. Mas já se sabe de onde parte esse discurso e de quem são esses ‘interesses’.

Para Bhabha, da mesma maneira que o lugar da enunciação se manifesta no “entre”, o tempo da enunciação se faz no “enquanto isso”, onde “emerge uma voz do povo mais instantânea e subalterna, discursos de minoria que falam em um espaço intermediário e entre tempos e lugares” (p. 223). O “enquanto isso” é súbito, vestido de outra temporalidade, instantâneo, não linear é “o tempo do anonimato do povo” (p.225). O “enquanto isso” não é formatado, pedagógico, e por isso não pode ser paralisado pelas amarras históricas das elites.

Esse povo se define como nação pela vontade, num “plebiscito diário”, e não por questões como língua, raça e território. É a vontade que articula, que determina o que se escreve e o que se apaga no tempo histórico: o que é dito e o que é silenciado faz parte da “articulação do povo-nação”. No *Jornal do Brasil*, por exemplo, fala-se dos cocheiros ‘arruaceiros’ grevistas, mas silencia-se o esmagamento violento da greve. O silêncio histórico é fundamental para a comunidade imaginada, no sentido de que “a anterioridade da nação, significada na vontade de esquecer, muda inteiramente nossa compreensão do caráter passado do passado e do presente sincrônico da vontade de nacionalidade” (p. 226). O esquecimento ideológico da própria violência, para Bhabha, é o que dá início à formação do povo-nação e é o que totaliza a “vontade nacional”.

Conclusão

Ao analisar os discursos do jornal *La Prensa* e do *Jornal do Brasil* foi possível perceber que, por mais que a imprensa se intitule como imparcial, toda a construção de sua idéia de nação é criada com base numa ideologia acordada entre a classe dominante e dirigida à sua oposta.

Quando os dois jornais se colocam como ‘defensores da sociedade’, essa própria expressão já denuncia a intenção do silenciamento de todas as ‘outras’ manifestações sociológicas, políticas e culturais que podem entrar em choque com a ‘tradição’. Ou seja: a imprensa surge aí, usando um termo althusseriano, como um *aparelho ideológico*, pedagógico, massificador.

Ao tentar escamotear as desigualdades, a imprensa tenta igualmente mascarar todos os sintomas da contradição e dos antagonismos presentes na sociedade. Mais além disso: há algo que precisa ser dito e muitos outros ‘algos’ que precisam ser silenciados, e isso não é feito aleatoriamente como se viu durante a presente análise; Calar, silenciar, é uma estratégia deliberada pois esse processo interfere diretamente na construção do imaginário social.

O conhecimento passa por uma resignificação quando é somado o conteúdo da minoria, realocando o *lugar* e o *quem* da enunciação, pela compreensão da diferença cultural, desestabilizando “o cálculo de poder e saber, produzindo outros espaços de significação subalterna” (BHABHA, 1998, p.228). E é a partir da noção do Outro que se demarca “o estabelecimento de novas formas de sentido e estratégias de identificação” (Ibid), porque essa diferença nunca se esgota, sempre serão possíveis novas interpelações discursivas e novas interpretações culturais.

O que se pretendeu mostrar este trabalho foi a necessidade de se atentar para o discurso homogeneizado que a sociedade reproduz a partir de sua vontade de silenciar, das questões que são interpretadas por uma ideologia massificante e esmagadora de conhecimento. “Não basta simplesmente se tornar consciente dos sistemas semióticos que produzem os signos da cultura e sua disseminação” (Ibid, p. 229). É preciso

identificar o aspecto “interdisciplinar” do saber cultural, sua ambivalência e sua articulação e desarticulação “entre a interpelação pedagógica e a performática”, assim como entre o que é dito e o que é silenciado.

Brasil e Argentina, duas nações colonizadas, criaram seus próprios imaginários sociais a partir de suas condições sócio-político-econômico-culturais específicas. E até essas especificidades podem se tornar artificiais, já que privilegiam certos signos e significados e esmagam outros. Privilegiam tempos e lugares fixados na corrente contínua da história, abrindo mão do hibridismo cultural. Dentro da nação imaginada, o que vale é a ideologia.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BENEDICT, Anderson. *Imagined Communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 1983.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, Kátia de. *Imprensa e informação no Brasil, século XIX*. Ciência da Informação - Vol 25, número 3, 1996 – Artigos revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/469/428 acesso em 11/8/2011 à 01:47

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.

_____. El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcello (coord.). *Federalismos latinoamericanos: México / Brasil / Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993a, p. 81-132

CHIARAMONTE, José Carlos. *El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana*. Cuadernos del Instituto Ravignani, n. 2. Buenos Aires: Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, 1993.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. A formação do patronato político brasileiro*. 3ª edição, revista. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.). *La invención de la nación: lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FONSECA, Letícia Pedruce. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*. PUC, Rio de Janeiro, 2008. Dissertação de Mestrado.
http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0610429_08_cap_02.pdf acesso em 10/08/2011 às 13:42

IANNI, Octávio. *A Idéia do Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 2002

LOPES, Antonio Herculano « *Do monarquismo ao “populismo”*: o Jornal do Brasil na virada para o século XX », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006, [En línea], Puesto en línea el 02 mai 2006. URL : <http://nuevomundo.revues.org/2239>
Acesso em 9/8/2001 às 20:35.

PRADO, Maria Ligia. *A América Latina no Século XIX*. Tramas, Telas e Textos. São Paulo: EDUSP, 1999.

RODRIGUES, Edgar. *Pequena história da Imprensa Social no Brasil*. Florianópolis; Editora Insular, 1997.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Luís Fernando. *O mestiço na construção da identidade cultural latinoamericana: as diferenças entre Brasil e Argentina*.
www.lamericas.org/arquivo/corpoecultura.pdf Acesso em 17/08/2011 às 23:55.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

WERNECK SODRÉ, Nelson. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Periódicos:
Jornal La Prensa
Jornal do Brasil